

## **BRASIL: ELEIÇÕES OU GOLPE, DEMOCRACIA OU DITADURA?**

*Lucas Maia<sup>1</sup>*

Novamente o fantasma do golpe de Estado, como um espectro obscuro, saiu do esgoto e caminha a céu aberto pelas ruas do Brasil. A democracia, tão jovem, desde 1988 parece ter envelhecido séculos. Tal encruzilhada novamente se coloca à política institucional brasileira.

É comum ouvir daqueles que gritam que nas eleições de outubro de 2022, caso Jair Bolsonaro perca, haverá golpe, a mesma afirmação de que o impedimento de Dilma Rousseff foi também um golpe de Estado. É bom lembrar que na expulsão do PT pelas portas do fundo da política brasileira não houve qualquer rompimento institucional. Houve manobras institucionais, conchavos, acordos, uso das instituições para estes fins etc. Passado o impedimento, os ratos voltaram aos seus postos e aprovaram rapidamente as exigências que o capital demandava: reforma trabalhista, da previdência etc. Reformas estas que o PT estava enrolando para encaminhar.

Agora, os defensores da tese de que houve golpe em 2016 retomam o mesmo discurso, afirmando que caso o resultado não seja favorável ao atual presidente, haverá ruptura institucional: fechar o congresso e o STF, colocar tanques nas ruas, baixar atos institucionais etc., ou seja, um golpe de verdade. A questão é: a quem isto pode interessar?

Com certeza a alguns setores da população, que estão em polvorosa com tal possibilidade. Isto pode ser verificado nas várias manifestações de apoio a Bolsonaro. Esta gente apoia um golpe de Estado, com interferência do exército na política institucional brasileira. Eles não são, contudo, o decisivo, são massa de manobra, tal como foram nas manifestações de 2014, 2015 e 2016, que culminaram no impedimento de Dilma Rousseff.

Há também setores das forças armadas que entrariam de bom grado num tal projeto e nos últimos dois anos não é incomum declarações de apoio a uma tal ação.

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Autogestionário. Professor do Instituto Federal de Goiás – IFG. Email: [maiaslucas@gmail.com](mailto:maiaslucas@gmail.com)

Além do mais, é bom frisar que os militares estão saindo da caserna e ocupando em grande quantidade cargos (em vários escalões) no governo Bolsonaro. Isto, como é sabido, não é novidade. As Forças Armadas sempre estiveram presentes. Houve, contudo, um aumento quantitativo considerável nos últimos dois anos. Esta gente também seria uma importante base de apoio para um possível golpe de Estado.

Bolsonaro seduz (com cargos, aumento de salários, declarações públicas de puxa-saque etc.) parte dos militares para esta empreita, mas, apesar disto, não se pode afirmar que haja um apoio irrestrito ao seu nome. Basta lembrar, de passagem, a saída dos comandantes das três Forças Armadas em 30 de março de 2021 que, de alguma forma, demonstrou um não alinhamento de parte do alto generalato com a influência da política no governo no clima dos quartéis.

Há também as polícias militares estaduais (e outras corporações da área de segurança) que se alinham ao governo. Contudo, historicamente, ainda não se verificou qualquer atuação de importância capital de tais instituições nos rumos da política institucional no país, sobretudo no que toca à esfera federal. São as forças armadas (exército, marinha e aeronáutica) o elemento decisivo. Elas que encabeçaram ou apoiaram movimentos políticos de envergadura, reorientando a vida política do país. Além do mais, as polícias militares são subordinadas aos governadores dos estados. Uma insubordinação delas teria que começar contra tais governadores, o que torna sua ação na esfera federal ainda mais difícil.

A classe capitalista tem interesse numa ruptura institucional verdadeira? Não estamos nos referindo aqui às manobras e trambiques que culminaram na retirada do PT do Planalto. Para o capital transnacional parece não haver nenhum indício disto. Também, setores poderosos da economia não teriam nada a ganhar, como o agronegócio, capital bancário, capital industrial etc. Apesar de alguns capitalistas (midiáticos) demonstrarem grande reverência ao atual presidente, como o velho vestido de verde que é dono de loja cujo símbolo é a estátua da Liberdade e mais um ou outro excêntrico, não se mostrou ainda claramente que importantes e poderosos setores do capital tenham acenado para qualquer ruptura neste sentido: associações patronais (FIESP etc.), capital comunicacional (grandes empresas de comunicação). Também,

geopoliticamente (que abarca comércio e finanças exteriores), parecem não acenar para isto.

Há o desejo de Bolsonaro em montar num cavalo e dar um golpe de Estado para se manter no poder? Há, disto não resta dúvida (“mas querer não é poder”, já diz o dito popular). Há pessoas (mais ou menos iludidas) no conjunto da população que alimentam a fé no exército brasileiro como o instrumento pacificador por excelência, que defendem golpe de Estado? Há sim, mas estas pouco podem fazer mudar o rumo da roda da história das lutas institucionais, a não ser em momentos como das manifestações de 2014 em diante que culminaram no impedimento de Dilma Rousseff. Há setores das forças de segurança (dentro e fora das Forças Armadas) com tal intento? Sim. Eles estão aí, contudo, como já dito, a coisa não é unânime, além de muitos serem da reserva, enquanto na ativa, as declarações públicas não são tão vigorosas como se pode pensar.

Para o grande capital tanto faz democracia ou ditadura, sua preferência é o lucro, independente da forma de regime político. Naturalmente que na democracia (política) é mais fácil justificar seu despotismo (econômico e social). Uma ruptura institucional no Brasil, tendo em vista a importância econômica deste no cenário mundial, não traria nenhuma vantagem no curto e médio prazos, tendo em vista que as reformas que ele demandava já foram realizadas dentro do regime democrático.

Além disto, há os setores democráticos dentro da sociedade brasileira, que farão também oposição, mesmo que só institucionalmente, com pouca capacidade de ir além disto. Os partidos políticos, várias organizações da sociedade civil (mais ou menos poderosas), universidades, as instituições democráticas do Estado (parte do aparato judiciário, aparato eleitoral etc.), alguns movimentos sociais, possibilidade de ascensão de algum movimento grevista, que pode ser mais ou menos extenso e significativo etc.

Um golpe de Estado não é, como disse um dos filhos do presidente certo tempo atrás, que bastava um carro, alguns soldados para fechar o STF. A coisa é bem mais complexa e implica numa ação articulada em escala nacional, de fechamento das assembleias legislativas, ministérios públicos estaduais (e subjugação das demais estruturas do judiciário), deposição de governadores, prefeitos das principais cidades do país, prisão e restrição dos militares de alta patente contrários ao golpe, aliciamento de toda a baixa patente etc. Um *putsch* que envolvesse somente uma escaramuça em

Brasília tenderia facilmente ao ridículo. Um golpe de Estado demanda um projeto alternativo, financiamento, mobilização das forças armadas (do alto e do baixo escalão), uma ação executada de modo concertado nacionalmente. Enfim, algo que até onde as informações nos são apresentadas ainda não se verificou concretamente.

Bolsonaro quer golpe. Sempre quis e disse isto em alto e bom som todas as vezes que mostrou seus dentes amarelos nos meios de comunicação. Tenta articular setores da sociedade para isto, tal como os indicados antes. Ele tensiona a todo o momento, usando as prerrogativas do cargo que ocupa, para que as disputas políticas no interior do Estado brasileiro se encaminhem para isto. Se ele fosse um político mais astuto e ambicioso, já teria conseguido montar seu partido político, alinhado atrás de si uma fileira importante de nomes, instituições, classes sociais em favor de seu projeto. Melhor, já teria apresentado um tal projeto, pois isto lhe falta em grande medida. Um golpe de Estado implica num projeto (mesmo que seja só esboçado) de sobrepujar o já existente. Nada disto está desenhado até o momento. A falência na criação do Aliança Brasil demonstra a pequenez do homem que quer romper com as instituições do Estado brasileiro.

2022, o Brasil se encaminha para mais um processo eleitoral. Desde a redemocratização em 1988, esta é a primeira eleição na qual o discurso do golpe está batendo às portas de modo tão descarado. Entretanto, o pretense *putschista* está em campanha eleitoral desde o ano de 2021, fazendo motociatas, *lives* na internet e discursos inflamados em manifestações de rua em apoio ao seu governo. A corrida eleitoral já está em curso há algum tempo. Seu adversário (Lula) foi liberado pelo judiciário e agora pode concorrer às eleições. Esta será a grande disputa política no ano de 2022: Lula X Bolsonaro e não Democracia X Ditadura.

Pode parecer que estamos meramente fazendo adivinhação aqui. Contudo, há um pouco mais. Tentamos apresentar as tendências que se alinham no futuro próximo até o período eleitoral. Estas tendências encaminham o Brasil para um processo eleitoral cheio de turbulências, mas não de rupturas. Cheio de escaramuças, mas não golpes de Estado.

O que a polarização político-partidária-eleitoral produziu no Brasil foi o escanteamento das lutas populares da cena política. Houve, nas décadas de 2000 e 2010,

uma ascensão do que chamamos, em uma obra anterior (MAIA, 2016)<sup>2</sup>, de reemergência das lutas autônomas no Brasil. Estas se espalharam pelos setores mais combativos da juventude, algumas categorias profissionais, produziu inúmeros momentos de debate e luta política para além da pauta eleitoral e partidária (basta lembrar o rechaço que os políticos, os partidos, o capital comunicacional, as eleições etc. receberam em 2013). Ao contrário do que desejávamos (e a luta política emancipatória não se faz somente com desejo, apesar deste ser fundamental), após as manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, com alguns desdobramentos nas ocupações de escola e universidades até 2016, as lutas populares refluíram. A chamada polarização política revigorou os partidos políticos, as disputas partidárias, as eleições, enfim, a democracia.

O que está sob verdadeira ameaça e sob verdadeiro ataque não é a democracia, mas sim os interesses de classe do conjunto das classes inferiores (proletariado, lumpemproletariado, camponeses, trabalhadores dos serviços, comércio, trabalhadores domésticos etc.). Estas classes é que estão sendo seviciadas pelo capital, pelo Estado. Os partidos políticos foram revigorados, pois passaram a ser, novamente, o único aparente meio de ação política e as eleições o único meio de solução dos problemas da sociedade brasileira, notadamente as questões relativas às classes inferiores.

O bloco dominante (os setores mais conscientes e organizados da classe capitalista) mantém seu domínio, agora ainda mais absoluto sobre o conjunto da sociedade. O bloco progressista (partidos de esquerda, sindicatos, intelectuais de esquerda etc., setores dos movimentos sociais) foi também revigorado, bastando para tanto ver o significado da possível eleição de Lula e a revitalização que isto significou para tais organizações políticas.

O bloco revolucionário mantém sua extrema fragilidade. As organizações que são expressão política e intelectual do proletariado não conseguem se colocar numa postura de crítica radical de toda a avalanche de ideologias, discursos que provém em grande medida do bloco progressista. Parcelas do bloco revolucionário capitulam diante do que está colocado e não conseguem sair da mera oposição Democracia X Ditadura ou Lula X

---

<sup>2</sup> MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

Bolsonaro. Alguns até embarcam na defesa escancarada de Lula, colocando este como o menos ruim, o mal menor em relação a Bolsonaro. Ou seja, a pauta eleitoral submeteu até importantes setores do bloco revolucionário (sobretudo alguns elementos anarquistas e autonomistas).

Assim, apesar de toda a conjuntura devastadora para a classe operária (e demais classes inferiores), é necessário manter a postura de crítica radical e desapiedada da sociedade burguesa, não capitular diante das eleições, defender os interesses de classe do proletariado como classe autodeterminada, apontar a necessidade de auto-organização do proletariado e demais classes inferiores, dos setores combativos da juventude etc. A verdadeira força só poderá provir daí. Se a construção das lutas autônomas durante as décadas de 2000 e 2010 no Brasil perderam em vigor, não quer dizer, em hipótese alguma, que a tendência, a possibilidade de uma nova ascensão esteja perdida para sempre. Assim, apesar do isolamento e fraqueza de algumas parcelas do bloco revolucionário, não há outra possibilidade de agir e mobilizar no atual contexto. E a máxima de antes continua hoje ainda como verdadeira: autogestão social ou barbárie.

A barbárie, saindo dos esgotos, está se espalhando com violência e velocidade. E para isto, nem está precisando recorrer aos clássicos mecanismos de golpes de Estado (embora estes sempre estão à espreita). Agora, mesmo dentro das democracias, ela se acomoda e se espalha com relativa facilidade. A autogestão é sempre uma aposta. É a aposta da classe operária. Ou se joga todas as fichas nela ou o jogo já estará perdido. A única tarefa atual do bloco revolucionário (organizações e coletivos autogestionários, anarquistas e autonomistas, intelectuais engajados, trabalhadores militantes, setores revolucionários dos movimentos sociais etc.) é ser intransigente em tal defesa, ou seja, nenhum passo atrás. Ou o bloco revolucionário mantém uma postura resoluta diante do que está colocado ao proletariado e demais classes inferiores, ou perderá completamente a possibilidade de desempenhar qualquer papel histórico significativo no atual contexto.

#### **Adendo 1**

Um mês após este texto ter sido escrito (mas ainda não publicado), veio a público um documento assinado pelo Instituto General Vilas Boas, SAGRES – Política e Gestão

Estratégica Aplicadas e Instituto Federalista. O texto é uma viagem destas instituições até o ano 2035. O documento, com o singelo título: *Projeto de Nação – o Brasil em 2035*<sup>3</sup>, pretende-se um planejamento estratégico, que anunciaria um país melhor: liberal, conservador, cívico, patriota, democrático, com uma educação desideologizada, que combate o globalismo (dominação de uma elite financeira mundial), que investe em ciência e tecnologia, bioeconomia, infraestrutura, energia, indústria, etc. etc. etc.

Quando vi o documento, pensei que meu texto havia caducado, pois estava ali o projeto de um Brasil após o golpe. Quando me pus a lê-lo, analisar o contexto, entender sua lógica de produção, as instituições envolvidas etc., tive a completa certeza que meu texto ainda estava vivo e que o Brasil em 2035 não é um projeto de golpe, embora possa soar assim ao bloco progressista.

Não pretendo neste breve adendo realizar um escrutínio do *Projeto de Nação*. Em outra oportunidade, talvez faça isto. O que me interessa aqui é tão somente chamar atenção para os seguintes aspectos: a) analiticamente é uma baboseira, pois faz uso de “teorias” conspiratórias (globalismo), não discute e nem entende os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil. É unicamente uma sistematização do jargão conservantista que anda pelas ruas de nosso país atualmente: menos impostos, menos estado, contra a corrupção, escola sem partido, elite globalista financeira mundial, privatizações, desestatização, desburocratização etc.; b) prospectivamente é de uma ingenuidade escolar, pois não discute minimamente o conjunto de interesses e conflitos de grupos, classes sociais, instituições em pauta. Unicamente afirma que com base numa implementação (sabe-se lá como) de um modelo conservador (nos costumes) e liberal (na economia), o Brasil seria em 2035 um país muito, muito melhor.

Durante todo o documento, defende a democracia, alternância de poder etc. Este Brasil liberal e conservador de 2035 seria o resultado de vários governos. Mas o que está no papel é que nele se escreveu. Não podemos ter a ingenuidade de que os militares, uma vez sentados na cadeira do executivo, realmente farão isto que escreveram agora. Isto é uma obviedade. Contudo, o que chama a atenção em todo o texto, e a única coisa

---

<sup>3</sup> O documento pode acessado no seguinte link: <https://sagres.org.br/artigos/ebooks/PROJETO%20DE%20NA%C3%87%C3%83O%20-%20Vers%C3%A3o%20Digital%2019Mai2022.pdf>

que vale a pena observar naquele conjunto de lugares comuns conservantista, é a bajulação que estas instituições realizam da burguesia.

O *Projeto de Nação* é somente isto: uma bajulação, puxa-saquice mais abjeta da classe capitalista. O que estes militares (e civis-milicos) estão dizendo é nada mais que isto: “estão vendo burgueses, se nós tomarmos o poder, só melhoraremos a situação pra vocês”. O *Projeto de Nação* nada mais é do que o Brasil de 2022 piorado do ponto de vista neoliberal. O futuro ali previsto tem, na verdade, um horrível fedor de passado. É um aceno dos militares para a classe dominante, é um pedido de autorização para uma empreitada política de tomada do poder.

A classe capitalista quer isto?

## **Adendo 2**

Isto nos leva ao adendo dois e neste serei mais breve ainda. No dia 20 de julho, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, envia um documento aos presidentes intitulado *Em Defesa da Democracia e da Justiça*, no qual reitera a independência dos três poderes, democracia etc. No dia 27 de julho, a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, declara apoio ao manifesto da FIESP. Os meios oligopolistas de comunicação (grandes empresas de comunicação) estão em polvorosa diante de qualquer atentado à democracia, o governo norte-americano já demonstrou preocupação com os rumos das eleições no Brasil, o governo do Reino Unido já criticou as posturas do governo Bolsonaro diante das eleições, a União Europeia já manifestou descontentamento com o que está ocorrendo por aqui. Poderia alongar a lista. É desnecessário.

A burguesia (nacional e transnacional) não quer golpe. Não vai ter golpe. Não é necessário haver golpe de Estado no Brasil para garantir as altas taxas de lucratividade que a classe capitalista consegue obter aqui no Brasil. Para que golpe, se a democracia política é muito mais eficaz para garantir o horrível despotismo econômico e social?

Isto nos leva ao adendo três.

## **Adendo 3**

Como já dissemos acima, o bloco progressista é um dos poucos que se beneficia com o discurso do possível golpe de estado. Todos os partidos de esquerda, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições com grande presença de indivíduos vinculados direta ou indiretamente a este bloco (universidades, institutos federais, escolas etc.) se unem numa cruzada santa contra o “fascismo”, o “golpe de estado”, a “ditadura”. Sim, certamente temos que ser críticos de tudo isto. Contudo, estes processos, como demonstramos, não estão, como tendência real (e não meramente discursiva) na vez de acontecer. “É possível, mas não provável”, diz o dito popular.

#### **Adendo 4**

Reitero, portanto, ao Bloco Revolucionário: devemos contribuir, reforçar, estimular o processo de autonomização do proletariado e demais classes inferiores (lumpemproletários, camponeses, trabalhadores domésticos, do comércio, serviços etc.) e não alimentar ilusões, tal como a do salvador da pátria (Lula? Bolsonaro? Ciro? Tebet?... cansaço), muito menos de que as eleições irão promover grandes (mesmo pequenas) mudanças reais na vida das classes trabalhadoras.